

Especial

Igreja Holiness completa 100 anos no Brasil com raízes na imigração

PÁGINA 3

JUNHO

Contas públicas têm déficit de R\$ 47 bilhões

As contas públicas fecharam o mês de junho com saldo negativo, com déficit em todas as esferas de governo. O setor público consolidado – formado por União, estados, municípios e empresas estatais – registrou déficit primário de R\$ 47,091 bilhões no mês passado. Houve aumento no déficit do mês em relação a junho de 2024, quando as contas fecharam com R\$ 40,873 bilhões negativo. Nessa comparação interanual, houve crescimento de despesas em ritmo maior que as receitas. As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. **PÁGINA 2**

Rio

Minha Casa lança dois conjuntos habitacionais

A comunidade da Mangueira, na zona norte do Rio, vai ganhar mais dois empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida: o Mangueira IBGE, com 176 unidades, e o Residencial Mangueira, com 96 apartamentos, que vão beneficiar mais de mil moradores. O programa do governo federal vai atender a Faixa 1, ou seja, as famílias com renda bruta de até R\$ 2.850. “A gente está fazendo o Minha Casa, Minha Vida em parceria com o governo federal, promovendo infraestrutura que vai dar dignidade às pessoas, tirando elas de uma situação de vulnerabilidade, de áreas de risco. O que estamos fazendo hoje é um conjunto de intervenções para melhorar a vida das pessoas”, disse o prefeito Eduardo Paes. O Mangueira IBGE terá 11 blocos com quatro pavimentos cada e o Residencial Mangueira contará com seis pavimentos. No total, serão construídos 272 apartamentos, incluindo os adaptáveis para Pessoas com Deficiência (PcD), com barras de segurança nos banheiros. **PÁGINA 6**

IBGE

Desemprego cai para 5,8% e tem a menor taxa da história

O Brasil atingiu no segundo trimestre do ano a taxa de desemprego de 5,8%. É o menor patamar já registrado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. O dado faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem. O levantamento mostra ainda que o país bateu recorde de emprego com carteira e salário do trabalhador. A menor taxa de deso-

cupação pertencia a novembro de 2024, com 6,1%. No primeiro trimestre de 2025, o índice estava em 7%. Já no segundo trimestre de 2024 era 6,9%. No conjunto de três meses encerrado em junho, o país tinha 102,3 milhões de trabalhadores ocupados e cerca de 6,3 milhões desocupados. O número de pessoas à procura de trabalho representa recuo de 17,4% (menos 1,3 milhão de pessoas) ante o primeiro trimestre. **PÁGINA 2**

BURLANDO A LEI



ALAN SANTOS

Juízes dos EUA questionam poder de Trump em impor tarifas

Juízes do Tribunal de Apelação dos Estados Unidos para o Circuito Federal em Washington expressaram grande ceticismo, ontem, sobre a justificativa legal do presidente Donald Trump para sua política de aumento de tarifas. Os membros do painel de 11 juízes não se mostraram convencidos pela insistência do governo Trump de que o presidente poderia impor tarifas sem a aprovação do Congresso, e criticaram sua invocação da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (Ieepa) para fazê-lo. “A Ieepa nem sequer menciona a palavra ‘tarifas’ em nenhum lugar”, disse o juiz Jimmie Reyna, em um sinal da incredulidade do painel em relação aos argumentos do advogado do governo. **PÁGINA 3**

FORAGIDA NA ITÁLIA

Moraes pede para AGU agilizar a extradição de Carla Zambelli



LULA MARQUES

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que a Advocacia-Geral da União (AGU) tome providências para garantir a extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). A medida foi tomada após o Supremo ser comunicado oficialmente sobre a prisão da parlamentar. “Oficie-se à Advocacia-Geral da União para que acompanhe e adote as providências cabíveis e necessárias relacionadas ao processo de extradição da ré”, determinou o ministro. Na terça-feira, Zambelli foi presa em Roma, na Itália, onde tentava escapar do cumprimento de um mandado de prisão emitido por Moraes. **PÁGINA 5**

CASO MARIANA

Escritório londrino processa mineradoras

O escritório britânico de advocacia Pogust Goodhead entrará com nova ação na Corte de Londres contra as mineradoras BHP, Vale e Samarco. As mineradoras são acusadas de conspiração ilícita e indução à quebra de contrato de clientes do escritório, que representa mais de 620 mil vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015. Em nota, o escritório alega que as mineradoras “agiram de maneira coordenada para sabotar os direitos dos atingidos, frustrar representações legais legítimas e enfraquecer os processos internacionais”. Isso teria ocorrido ao negociarem acordos diretamente com as vítimas, sem a participação do escritório, mesmo com contratos de representação vigentes. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA -0,69% / 133.071,05 / -918,69 / Volume: 21.421.164.103 / Negócios: 3.299.352										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.412,00		GP-M		-1,65% (jun.)		EURO turismo					
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		%		Ufir-RJ		R\$ 4,5373		IPCA-15		0,26% (jun.)		Compra: 6,4953		Venda: 6,6753	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.																
AMBEV S/A ON	12,46	-5,25%	-0,69D	DIRECIONAL ON NM	38,99	+196,05%	+25,82	RDVC CITY ON NM	24,380	-12,90%	-3,610	S&P 500	6.339,39	-0,37%													
BRADESCO PN N1	15,53	-0,83%	-0,13	GRUPO TOKYO ON NM	1,150	+17,35%	+0,170	MARFRIG ON NM	21,30	-10,20%	-2,42	NASDAQ Composite	21.122,448	-0,03%													
USIMINAS PNA N1	4,38	+5,80%	+0,24	ATOM EDUC ON	2,110	+9,90%	+0,190	PANATLANTICAON	35,00	-9,77%	-3,79	Nasdaq 100	23.218,123	-0,55%													
BRASIL ON NM	19,70	-1,01%	-0,20	KARSTEN PN	33,99	+9,65%	+2,99	INFRACOMM ON NM	0,730	-8,75%	-0,070	FTSE 100	9.132,81	-0,05%													
CEMIG PN N1	10,33	-1,62%	-0,17	USIMINAS ON N1	4,61	+9,24%	+0,39	TAURUS ARMASPN N2	4,86	-7,60%	-0,40	DAX	24.065,47	-0,85%													
														Dow Jones		44.130,98		-0,74%									
														S&P 500		6.339,39		-0,37%									
														NASDAQ Composite		21.122,448		-0,03%									
														TR		(28/07)											
														Poupança		(28/07)											
																0,1760%											
																0,6769%											
														GP-M													
														IPCA-15													
														CDI		(18/06)											
																14,90%											
														Ouro													
														BM&F/grama/RJ		R\$ 601,73											
														EURO Comercial													
																Compra: 6,3902		Venda: 6,3908									
														EURO turismo													
																Compra: 6,4953		Venda: 6,6753									
														Dólar Ptax - BC													
																Compra: 5,6021		-0,02%									
														Dólar comercial													
																Compra: 5,6002		Venda: 5,6008									
														Dólar turismo													
																Compra: 5,6452		Venda: 5,8252									

MERCADOS

Bolsa tem em julho pior desempenho do ano, com recuo de 4,17%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em baixa de 4,17% no mês, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) colheu sua maior perda desde dezembro (-4,28%), interrompendo sequência positiva entre março e junho, quando o impulso assegurado pelo fluxo estrangeiro à B3 levou o índice a renovar máxima histórica, aos 141 mil pontos, já em 4 de julho. De lá para cá, o fluxo externo passou a ser, predominantemente, de saída da Bolsa, tendência que se mostrou mais nítida depois de 9 de julho, sob a ameaça do governo Trump de impor a tarifa de 50% às importações desde o Brasil. Na quarta-feira passada, veio o relativo alívio do prazo estendido a 6 de agosto para a efetivação do tarifaço, também em parte mitigado pela ampla lista de exceções que isentou aviões, minério, alimentos e petróleo, mas não favoreceu, por exemplo, café e carnes.

Dessa forma, após a percepção inicial de que o pior cenário foi evitado, o ajuste de fim de mês ainda foi negativo, com o Índice Bovespa (Ibovespa) ontem, em baixa de 0,69%, aos 133.071,05 pontos - pouco acima dos 132 mil, nível de dois dos quatro últimos fechamentos e que não era visto, até então, desde 23 de abril.

Na sessão de ontem, oscilou dos 132.096,29 aos 133.987,26 pontos, na máxima correspondente ao nível de abertura. Após a recuperação vista na quarta, o giro seguiu nesta quinta-feira a

R\$ 21,3 bilhões. Na semana, o Ibovespa acumula perda de 0,34% - no ano, sobe 10,63%.

Na B3, contudo, não apenas Vale (ON -0,71%) e Petrobras (ON -0,56%, PN -0,40%) encerraram o dia no campo negativo, como também a maioria dos bancos (Bradesco PN -0,83%, BB ON -1,01%, Santander Unit -0,64%), à exceção de Itaú (PN +0,26%) entre as maiores instituições financeiras. Alguns nomes do setor metálico, como CSN (ON +1,01%) e Usiminas (PNA +5,80%), conseguiram se descolar do sinal negativo no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Usiminas, destaque também para Embraer (+5,78%) e TIM (+3,5%). No lado oposto, Marfrig (-10,20%), BRF (-5,65%), Ambev (-5,25%) e Minerva (-4,45%).

DÓLAR

O dólar firmou alta no período da tarde desta quinta-feira, após volatilidade com disputa técnica pela taxa Ptax pela manhã, com o real apresentando em julho o seu pior desempenho mensal de 2025, mais especificamente desde novembro de 2024.

O dólar à vista oscilou entre R\$ 5,5633 e R\$ 5,6243 ontem, fechando em alta de 0,21%, a R\$ 5,6008, encerrando julho com uma valorização de 3,07% - a maior desde novembro de 2024. O contrato futuro para setembro, por sua vez, avançava 0,66%, a R\$ 5,644 às 17h17, com giro considerável de mais de US\$ 11,5 bilhões.

MDIC

Tarifaço exclui 44,6% das exportações do Brasil para EUA

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O tarifaço de 50% imposto pelo governo de Donald Trump exclui 44,6% das exportações brasileiras em valores para os Estados Unidos, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A pasta calculou o impacto da lista com cerca de 700 exceções para produtos que ficaram fora da sobretaxação.

Esses 700 itens, entre os quais aviões, celulose, suco de laranja, petróleo e minério de ferro, continuarão a pagar a tarifa de até 10% definida em abril. Segundo a pasta, as medidas anunciadas na quarta-feira passada incidirão apenas sobre 35,9% das exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Há ainda 19,5% das vendas sujeitas a tarifas específicas, adotadas pelo governo de Donald Trump com base em argumentos de segurança nacional. Entre esses produtos, estão as autopeças e automóveis de todos os países, que pagam 25% para entrarem nos Estados Unidos desde maio.

O aço, alumínio e cobre pagam alíquota de 50%, mas, segundo o levantamento do Mdic, estão dentro dos 19,5% porque as tarifas foram definidas com base nos argumentos

de segurança nacional em fevereiro, com entrada em vigor em março.

De acordo com o MDIC, 64,1% das exportações brasileiras continuam concorrendo em condições semelhantes com produtos de outros países no mercado estadunidense. Esse percentual é a soma dos 44,6% de vendas excluídas do tarifaço e dos 19,5% de exportações com tarifas específicas.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, o levantamento é preliminar e foi elaborado com base nas exportações brasileiras para os Estados Unidos em 2024. O governo brasileiro espera alguns esclarecimentos sobre se algumas especificações de produtos estão fora da lista de exceções.

A pasta esclareceu que os produtos em trânsito para os Estados Unidos não serão afetados pelas tarifas adicionais. A decisão, emitida ontem, excluiu da elevação da tarifa mercadorias que tenham sido embarcadas no Brasil até sete dias após a data da ordem executiva, observadas as condições previstas.

O MDIC divulgou uma tabela do efeito do tarifaço e da lista de exceções sobre as exportações brasileiras para os Estados Unidos: Com base nos valores vendidos em 2024,

IBGE

Taxa de desemprego cai para 5,8%, a menor já registrada

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Brasil atingiu no segundo trimestre do ano a taxa de desemprego de 5,8%. É o menor patamar já registrado pela série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. O dado faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem. O levantamento mostra ainda que o país bateu recorde de emprego com carteira e salário do trabalhador.

A menor taxa de desocupação pertencia a novembro de 2024, com 6,1%. No primeiro trimestre de 2025, o índice estava em 7%. Já no segundo trimestre de 2024 era 6,9%.

No conjunto de três meses encerrado em junho, o país tinha 102,3 milhões de trabalhadores ocupados e cerca de 6,3 milhões desocupados.

O número de pessoas à procura de trabalho representa re-

cuo de 17,4% (menos 1,3 milhão de pessoas) ante o primeiro trimestre.

Já o número de ocupados subiu 1,8% de um trimestre para o outro, o que significa 1,8 milhão de pessoas a mais trabalhando no país.

O contingente de pessoas com carteira assinada no setor privado atingiu 39 milhões de pessoas, crescimento de 0,9% ante o primeiro trimestre do ano e o maior já registrado pelo IBGE. O número de trabalhadores sem carteira também cresceu (+2,6%), chegando a 13,5 milhões.

PESQUISA ATUALIZADA

A Pnad divulgada nesta quinta-feira é a primeira que apresenta ponderação com base em dados apurados pelo Censo 2022. A mudança consiste em um ajuste da amostra representativa de domicílios visitados pelos pesquisadores do IBGE. A atualização é praxe de órgãos de estatísticas em todo o mundo.

BANCO CENTRAL

Contas públicas têm déficit de R\$ 47,1 bilhões em junho

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas públicas fecharam o mês de junho com saldo negativo, com déficit em todas as esferas de governo. O setor público consolidado - formado por União, estados, municípios e empresas estatais - registrou déficit primário de R\$ 47,091 bilhões no mês passado.

Houve aumento do déficit do mês em relação a junho de 2024, quando as contas fecharam com R\$ 40,873 bilhões negativo. Nessa comparação interanual, houve crescimento de despesas em ritmo maior que as receitas.

As Estatísticas Fiscais foram divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Apesar do resultado negativo do mês, no acumulado de 2025, o setor público consolidado registra superávit primário de R\$ 22,029 bilhões. No primeiro semestre do ano passado, houve um resultado negativo de R\$ 43,448 bilhões, que agora se tornou positivo, com uma melhora de R\$ 65,5 bilhões.

De acordo com BC, parte relevante dessa melhora tem influência do calendário de pagamento de precatórios (dívidas com sentenças judiciais definitivas) do governo federal. No ano passado, houve antecipação do pagamento em fevereiro, contribuindo para o déficit no primeiro semestre. Para este ano, está previsto o pagamento de R\$ 63 bilhões em precatórios neste segundo semestre do ano.

Em 12 meses - encerrados em junho - as contas acumulam resultado positivo de R\$ 17,925 bilhões, o que corresponde a 0,15% do Produto In-

terno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Em 2024, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R\$ 47,553 bilhões, 0,4% do PIB.

ESFERAS DE GOVERNO

Em junho último, a conta do Governo Central teve déficit primário de R\$ 43,527 bilhões ante resultado negativo de R\$ 40,188 bilhões em junho de 2024. Nessa comparação, as receitas permaneceram estáveis, com redução no recolhimento de dividendos de empresas estatais e bancos públicos, enquanto as despesas aumentaram em 1,6%.

O montante difere do resultado divulgado na quarta-feira passada pelo Tesouro Nacional, de déficit de R\$ 44,296 bilhões, porque o BC usa uma metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos estaduais registraram déficit no mês de junho de R\$ 1,354 bilhão, ante superávit de R\$ 2,011 bilhões em junho do ano passado, também em razão do crescimento de despesas maior que as receitas. Já os governos municipais tiveram resultado positivo de R\$ 400 milhões em junho deste ano. No mesmo mês de 2024, houve déficit de R\$ 954 milhões para esses entes.

Com isso, contribuindo para aumentar o déficit das contas públicas, no total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram déficit de R\$ 954 milhões em junho passado contra resultado positivo de R\$ 1,057 bilhão no mesmo mês de 2024. As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - também contribuíram para o aumento do déficit das contas consolidadas, com o resultado negativo de R\$

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procura emprego. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi de 37,8%. É a menor registrada desde igual trimestre de 2020 (36,6%).

O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e décimo-terceiro salário.

O contingente de desalentados, pessoas que sequer pro-

curam emprego por avaliarem que não conseguirão, fechou o segundo trimestre em 2,8 milhões, menor nível desde 2016.

SALÁRIOS

O mercado de trabalho aquecido pode ser sentido no bolso do trabalhador. O IBGE revelou que o rendimento médio mensal atingiu R\$ 3.477, o maior já apurado. Esse valor fica 1,1% acima do recebido no primeiro trimestre do ano e 3,3% maior que o do segundo trimestre do ano passado.

O maior número de pessoas ocupadas e o recorde no rendimento fizeram com que a massa de rendimentos - o total de dinheiro que os trabalhadores recebem - também atingisse o ponto mais alto já alcançado, R\$ 351,2 bilhões.

É dinheiro que termina movimentando a economia, seja em forma de consumo ou poupança. Esse patamar supera em 5,9% (R\$ 19,7 bilhões) o montante do mesmo trimestre de 2024.

do em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 7,702 trilhões em junho, o que corresponde a 62,9% do PIB. É o maior valor da dívida na série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2001. No mês anterior, maio, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 62% (R\$ 7,547 trilhões).

O crescimento se deve ao déficit nominal do mês e à apreciação cambial de 4,4% em junho.

Como o país é credor em moeda estrangeira, um aumento do dólar significa aumento da dívida líquida.

No mês de junho deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 9,388 trilhões ou 76,6%, com aumento em relação ao mês anterior - R\$ 9,264 trilhões ou 76,1% do PIB. Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais.

O setor público consolidado teve déficit nominal de R\$ 108,107 bilhões em junho, após um rombo de R\$ 125,885 bilhões em maio, informou o Banco Central (BC) ontem.

Em junho de 2024, o resultado nominal havia sido negativo em R\$ 135,724 bilhões. O déficit nominal do setor público atingiu R\$ 394,637 bilhões, ou 6,39% do Produto Interno Bruto (PIB), no acumulado do ano. Em 12 meses, soma R\$ 894,388 bilhões, ou 7,30% do PIB

EUA

Juízes questionam autoridade de Trump para impor tarifas

Juízes do Tribunal de Apelação dos Estados Unidos para o Circuito Federal em Washington expressaram grande ceticismo, ontem, sobre a justificativa legal do presidente Donald Trump para sua política de aumento de tarifas. Os membros do painel de 11 juízes não se mostraram convencidos pela insistência do governo Trump de que o presidente poderia impor tarifas sem a aprovação do Congresso, e criticaram sua invocação da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (Ilepa) para fazê-lo.

"A Ilepa nem sequer menciona a palavra 'tarifas' em nenhum lu-

gar", disse o juiz Jimmie Reyna, em um sinal da incredulidade do painel em relação aos argumentos do advogado do governo.

Brett Schumate, o advogado que representa o governo Trump, reconheceu na audiência de 99 minutos que "nenhum presidente jamais interpretou a Ilepa dessa forma", mas argumentou que, mesmo assim, era legal.

A lei de 1977, assinada pelo presidente Jimmy Carter, permite que o presidente confisque bens e bloqueie transações durante uma emergência nacional. Ela foi usada pela primeira vez durante a crise dos reféns no Irã e, desde então,

tem sido invocada para uma série de distúrbios globais, desde os ataques de 11 de setembro até a guerra civil na Síria. Trump afirma que o déficit comercial dos EUA é tão grave que também se qualifica para a proteção da lei.

Em discussões acaloradas com Schumate, os juízes do tribunal de apelação questionaram essa afirmação, perguntando se a lei se estendia às tarifas e, em caso afirmativo, se as taxas correspondiam à ameaça identificada pelo governo.

"Se o presidente diz que há um problema com nossa prontidão militar", argumentou a juíza Kimberly Moore, "e ele impõe uma ta-

xa de 20% sobre o café, isso não parece necessariamente resolver o problema". Schumate disse que a aprovação da Ilepa pelo Congresso deu ao presidente um poder "amplo e flexível" para responder a uma emergência, mas que "o presidente não está pedindo autoridade ilimitada". Mas Neal Katyal, um advogado dos grupos que questionam na Justiça os movimentos de Trump, caracterizou a manobra como uma tomada de poder "impressionante", que equivalia a dizer "o presidente pode fazer o que quiser, quando quiser, pelo tempo que quiser, desde que declare uma emergência".

VEÍCULOS ELÉTRICOS

Montadoras apoiam decisão que limita importação de carros

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

As montadoras de carros sediadas no Brasil apoiaram a decisão do governo que reduziu o prazo para estabelecer em 35% a alíquota de importação de veículos elétricos ou híbridos desmontados e que fixou cota para as empresas trazerem esses tipos de carros com isenção de impostos.

Segundo o governo, foram acatadas, em parte, as demandas das montadoras sediadas no Brasil e dos importadores em fase de instalação de fábricas no país, como a chinesa BYD.

A decisão impacta a disputa pelo mercado brasileiro que colocou, de um lado, a fabricante chinesa BYD, liderança em carros elétricos, contra as montadoras Toyota, General Motors, Volkswagen e Stellantis, que vinham pedindo ao governo para limitar as importações dos veículos elétricos ou híbridos.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) pediu para reduzir de julho de 2028 para julho de 2026 o prazo máximo de transição para elevar as alíquotas de importação desses veículos desmontados para 35%.

Em decisão tomada na quarta-feira passada, o governo atendeu, em parte, o pleito da associação, antecipando a elevação da alíquota para janeiro de 2027, mas não para julho de 2026, como queriam as montadoras. Ainda assim, o presidente da Anfavea, Igor Calvet, agradeceu os ministérios envolvidos da decisão.

“[A mudança] é o máximo aceitável sem colocar em risco os investimentos atuais e futuros da cadeia automotiva nacional. Nós esperamos que essa discussão esteja definitivamente encerrada, sem qualquer possibilidade de renovação”, afirmou Calvet, em comunicado.

A Agência Brasil procurou a BYD para posicionamento e aguarda retorno.

GECEX

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Externo (Camex), que reúne representantes de 10 ministérios, decidiu ainda aplicar cotas adicionais de importação com alíquota zero para veículos desmontados (CKD) e semidesmontados (SKD), pelo prazo de 6 meses, no valor máximo de US\$ 463 milhões.

“Com a antecipação do cronograma, o Gecex busca adequar a política tarifária aos investimentos esperados para os próximos anos no setor automotivo do país, trazendo novas tecnologias para o consumidor e cada vez mais adensamento à cadeia produtiva nacional”. Informou, em nota, o Comitê.

A cota para importação sem tarifas compensa, também em parte, o fato de o governo não atender o pedido da BYD para reduzir a alíquota enquanto termina de construir a fábrica em Camaçari (BA). A companhia chinesa também alega que não tinha sentido pagar, para carros desmontados, a mesma tarifa paga para carros prontos importados.

Igreja Holiness completa 100 anos no Brasil com raízes na imigração japonesa e foco em acolhimento e ação social

POR BÁRBARA SOUZA

No último dia 15 de julho, a Igreja Holiness completou 100 anos de atuação no Brasil. Fundada por missionários vindos do Japão, a igreja surgiu em São Paulo com a missão de oferecer apoio espiritual às famílias japonesas que começavam a chegar por meio dos fluxos migratórios na época. Desde então, a Holiness construiu uma trajetória marcada pela diversidade cultural, ações sociais e forte presença comunitária.

O início dessa história remonta ao ano de 1925, quando o pastor Takeo Monobe desembarcou no Porto de Santos, em São Paulo. “No ano de 1908, iniciou-se o movimento de imigração de japoneses para o Brasil. [...] Dessa forma, no dia 15 de julho de 1925, ele chegou ao Porto de Santos, declarando que essa era a terra da sua missão. Assim, 15 de julho de 1925 marca o início da missão Holiness no Brasil”, conta o Pastor Eduardo Goya, Presidente da Igreja Holiness no Brasil, em entrevista ao **Diário do Acionista**.

DIVULGAÇÃO/ARQUIVO PESSOAL



Apesar de ter nascido com foco nos japoneses e seus descendentes, a Holiness considera ser uma igreja que recebe pessoas de diferentes origens e perfis. “A Holiness não é diferente da maioria das igrejas evangélicas. Talvez nosso diferencial seja que entendemos ter uma responsabilidade com os japoneses e descendentes. Apesar desse entendimento, a Holiness não é uma igreja étnica exclusiva; pelo contrário, é uma igreja multicultural que recebe de braços abertos qualquer pessoa que venha participar de nossos cultos e atividades”, explica Goya.

O acolhimento é parte essencial da prática da comunidade. “Nossas igrejas são comunidades acolhedoras, com forte ênfase na família e nos relacionamentos interpessoais. Temos preocupação com as questões sociais e, por isso, desenvolvemos projetos sociais onde procuramos atender as populações necessitadas”, diz o Presidente.

PRESERVAÇÃO DA CULTURA NIKKEI

Com presença significativa de descendentes de japoneses, chamados de nikkeis, a cultura japonesa segue presente nas atividades da igreja. “A maneira de ser de nossas comunidades é, de alguma forma, permeada pela cultura japonesa. [...] Também procuramos estar presentes nos grandes eventos da ‘cultura japonesa’, procurando oferecer serviços e voluntários”, afirma Goya.



ATUAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Além dos cultos e encontros religiosos, a Igreja Holiness mantém uma série de atividades voltadas para diferentes públicos, como crianças, adolescentes, idosos e casais. De acordo com o pastor, as ações incluem acampamentos, aulas bíblicas, esportes, projetos para a terceira idade e formação espiritual.

A igreja conta com um seminário teológico próprio, fundado em 1951, e está presente em diversos estados, como São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Pará.

REFLEXÃO E FUTURO APÓS 100 ANOS NO BRASIL

Ao completar um século de atuação no Brasil, a Holiness se prepara para os próximos passos. Um plano estratégico está sendo desenvolvido para orientar as ações da igreja na próxima década, e será apresentado durante a principal celebração do centenário, marcada para 7 de setembro.

“Estamos no processo de discussão e refinamento de um plano que apresente áreas estratégicas que a Holiness precisa trabalhar pelos próximos 10 anos para ser uma comunidade relevante e que viva de forma clara e intencional os valores do Reino de Deus”, afirma Goya.

Ao olhar sobre esses 100 anos, o Presidente afirma que o maior impacto é a fé das pessoas a partir dos valores cultivados pela Holiness. Sobre orgulho, ele imediatamente cita o início de tudo.

“O pastor missionário que iniciou o trabalho no Brasil há 100 anos atrás viveu aqui por 5 anos e, por problemas de saúde, veio a falecer. Ele não viu quase nada do fruto do que plantou, e da mesma forma os nossos pioneiros. Recebemos um legado e isso nos orgulha. Um legado de 100 anos de história, de homens e mulheres que venceram toda sorte de barreiras e trouxeram o evangelho de Jesus Cristo até nós”, diz o Presidente.

Para Goya, o ano do centenário é também um momento de retomada da missão original da igreja. “A igreja deve ser uma comunidade em movimento, uma comunidade missionária. [...] O ano do centenário é o ano para retomarmos o ardor missionário de nossos pioneiros e caminharmos para os desafios que temos pela frente”, conclui.

TOP BIRRA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E LOGÍSTICA LTDA.
NIRE 33.2.0757220-5 - CNPJ 07.598.658/0001-96

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE SÓCIOS DE 8 DE AGOSTO DE 2025

Prezados(as) Senhores(as), A **TOP BIRRA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E LOGÍSTICAS LTDA.** (“Sociedade”), representada por seus administradores, conforme o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula 9ª de seu respectivo Contrato Social, convoca todos os sócios e administradores em condição de votar, para a Reunião de Sócios, que será realizada no dia 08/08/2025, em primeira chamada, às 10h, e, em segunda chamada, se necessário, às 10h30, a ser realizada na modalidade **presencial** na sede da Sociedade, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, nº 8.443, bairro Ramos, CEP 21012-351, com entrada complementar pela Rua Luiz Câmara, nº 141. Referida Reunião de Sócios terá como ordem do dia a: (i) proposta de redução do capital social da Sociedade por ser excessivo em relação ao objeto social; e, **se aprovado este item:** (ii) proposta de grupamento de quotas para recompor o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por quota; (iii) proposta de alteração do Contrato Social, a fim de refletir o valor do capital social reduzido; (iv) proposta de alteração da Cláusula 13 do Contrato Social, a fim de alterar a forma de apuração dos haveres em caso de retirada, morte, invalidez, insolvência ou falência de sócio; e (v) autorização aos sócios administradores da Sociedade para que tomem as providências necessárias à efetivação da redução do capital social. Caso algum sócio não possa comparecer, este sócio poderá outorgar a procuração para representá-lo na Reunião de Sócios ora convocada, nos termos da lei, assinado e com firma reconhecida, ou assinado digitalmente por meio de Certificado Digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, do representante legal do sócio e entregue até 1h (uma hora) antes da primeira chamada da Reunião de Sócios, sendo que após este prazo as procurações não mais serão recebidas.

Rio de Janeiro/RJ, 30 de julho de 2025.

TOP BIRRA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E LOGÍSTICA LTDA.
Carlos Henrique Ferreira Teles e José Robério de Souza

Distribuidora de Bebidas Vales do Rio Coura Ltda.
CNPJ: 03.910.770/0001-60 - NIRE: 33.2.0652661-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE SÓCIOS DE 08 DE AGOSTO DE 2025

Prezados(as) Senhores(as), A **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VALES DO RIO COURA LTDA.** (“Sociedade”), representada por seu administrador, conforme o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula 9ª de seu respectivo Contrato Social, convoca todos os sócios e administradores em condição de votar, para a Reunião de Sócios, que será realizada no dia 08/08/2025, em primeira chamada, às 10h, e, em segunda chamada, se necessário, às 10h30, a ser realizada na modalidade **presencial** na sede da Sociedade, situada na Rua Antônio de Bragança, nº 203, bairro Santa Catarina, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, CEP 24.415-560. A referida Reunião de Sócios terá como ordem do dia: (i) proposta de redução do capital social da Sociedade por ser excessivo em relação ao objeto social; e, se aprovado este item: (ii) proposta de grupamento de quotas para recompor o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por quota; (iii) a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social, a fim de refletir a redução do capital social; (iv) a destituição do atual administrador e a eleição de Luciano Ferreira Teles Gomes para o cargo; (v) a alteração da Cláusula 8ª do Contrato Social, a fim de refletir a eleição do novo administrador; (vi) a alteração da Cláusula 9ª do Contrato Social, para adequá-la às disposições do Código Civil vigente no que se refere às deliberações sociais e reuniões de sócios; (vii) a alteração da Cláusula 13, para modificar a forma de apuração dos haveres nos casos de retirada, falecimento, invalidez, insolvência ou falência de sócio; (viii) a inclusão, no Contrato Social, de previsão expressa acerca da exclusão extrajudicial de sócio; e (ix) a autorização aos administradores para adotarem as providências necessárias à formalização da redução do capital social e à prática dos demais atos decorrentes das deliberações tomadas. Caso algum sócio não possa comparecer, este sócio poderá outorgar a procuração para representá-lo na Reunião de Sócios ora convocada, nos termos da lei, assinado e com firma reconhecida, ou assinado digitalmente por meio de Certificado Digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, do representante legal do sócio e entregue até 1h antes da primeira chamada da Reunião de Sócios, sendo que após este prazo as procurações não mais serão recebidas. São Gonçalo/RJ, 30/07/2025. **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VALES DO RIO COURA LTDA.** Carlos Henrique Ferreira Teles.

CONCESSÃO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL SPAZIO REALE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.364.049/0001-87, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/10220, Licença Ambiental Municipal para operar EIS-LMO-2025/00070 Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Rua Retiro dos Artistas, nº 983 – Pechincha - Rio de Janeiro.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352

Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 13.08.2025, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é a liquidação de quotas de sócio falecido (cláusula 11ª do Contrato Social da Sociedade) e ingresso e retirada de sócios. RJ, 01.08.2025. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

CONSPIRAÇÃO

Caso Mariana: escritório londrino processa mineradoras

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O escritório britânico de advocacia Pogust Goodhead entrará com nova ação na Corte de Londres contra as mineradoras BHP, Vale e Samarco. As mineradoras são acusadas de conspiração ilícita e indução à quebra de contrato de clientes do escritório, que representa mais de 620 mil vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

Em nota, o escritório alega que as mineradoras “agiram de maneira coordenada para sabotar os direitos dos atingidos, frustrar representações legais legítimas e enfraquecer os processos internacionais”.

Isso teria ocorrido ao negociarem acordos diretamente com as vítimas, sem a participação do escritório, mesmo com contratos de representação vigentes. A acusação é de que a conduta foi intensificada desde o início do julgamento em Londres, em outubro de 2024.

O escritório pede uma indenização de £1,3 bilhão (aproximadamente R\$ 9,8 bilhões). Nesse valor, são considerados honorários que não teriam sido pagos em acordos fechados sem sua participação. Segundo os advogados, tais acordos só teriam ocorrido por causa da pressão feita a partir dos pro-

cessos internacionais em que o escritório atua.

A notificação destaca que acordos celebrados no Brasil teriam sido condicionados à desistência das ações no exterior. E argumenta que, sem tais interferências, todos os autores provavelmente teriam dado continuidade às ações no Reino Unido e na Holanda, e recebido indenizações maiores.

A fase inicial do julgamento na Corte inglesa, em que é pedida a responsabilização da BHP pelo rompimento da barragem, foi concluída em março de 2025, depois de 13 semanas de audiência. A decisão da Justiça deve sair ainda neste ano.

Há outra ação ajuizada na Holanda contra a Vale S.A. e a Samarco Iron Ore Europe B.V. Nesta, o escritório Pogust Goodhead assessora a fundação Stichting Ações do Rio Doce ao lado do escritório de advocacia holandês LVDK. Eles representam 75.000 vítimas do rompimento da barragem em Mariana.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO

O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo enviaram, nesta

semana, ofício à Samarco para que reabra o Programa Indenizatório Definitivo (PID).

O PID foi criado no âmbito do Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce e prevê indenização de R\$ 35 mil (parcela única) para indivíduos e empresas que atendam a critérios de elegibilidade.

O prazo de adesão ao PID encerrou-se no dia 4 de julho. Segundo a Samarco, foram mais de 293.440 requerimentos apresentados, dentre os quais foram obtidos 232.927 acordos. Para receber a indenização, é necessário assinar um termo de quitação, que implica renúncia a eventuais ações judiciais nacionais e internacionais.

Segundo os autores do ofício à Samarco, a prorrogação do PID é necessária porque “há atingidos que não lograram sucesso em realizar o cadastro tempestivamente, em virtude da dúvida a respeito das cláusulas contratuais e procurações outorgadas a escritórios que litigam no exterior”.

NOTAS DAS EMPRESAS

Procurada pela reportagem da Agência Brasil, a BHP emitiu nota em que afirma que o Brasil é o local mais apropriado, eficaz e eficiente para as ações de compensação e reparação pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, e rejeita as alegações de fato e de direito formuladas na carta enviada

pelo escritório inglês Pogust Goodhead.

A potencial demanda (ainda a ser ajuizada) não tem mérito e a BHP apresentará defesa no momento oportuno. As medidas de compensação e reparação têm sido implementadas pela Samarco e pela Fundação Renova no Brasil desde 2015 por meio de diversos programas sob a supervisão das Cortes brasileiras. Esses programas foram concebidos e implementados em conjunto com as autoridades nacionais, sendo o Novo Acordo da Bacia do Rio Doce, de outubro de 2024, o mais recente marco dessa trajetória, diz o texto.

Até o momento, cerca de R\$ 59 bilhões foram destinados a ações de reparação e compensação e, aproximadamente, R\$ 111 bilhões adicionais começaram a ser pagos pela Samarco, conforme o compromisso de 20 anos firmado com as autoridades brasileiras.

A nota da BHP acrescenta que os que receberam compensação sob os programas de indenização brasileiros fizeram essa solicitação por sua própria iniciativa e que estes foram devidamente representados por advogados brasileiros locais, que receberam os honorários devidos a eles sob esses programas.

As empresas Samarco e Vale, citadas pelo escritório britânico, disseram que não vão comentar o assunto.

DATAFOLHA

57% diz que Trump está errado ao pedir fim da ação contra Bolsonaro

KARINA FERREIRA/AE

Mais da metade dos brasileiros consideram errado o pedido do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para encerrar a ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF) quando anunciou tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.

Os dados foram levantados pelo Instituto Datafolha e divulgados ontem. Para 57% dos entrevistados, a "chantagem", termo que a oposição tem usado para se referir ao caso, é errada. Já 36%, entretanto, acreditam que o americano está certo. Outros 7% dos entrevistados não responderam.

A pesquisa ouviu os brasileiros nos dias 29 e 30, dia da oficialização do tarifaço, com recuo de Trump em quase 700 produtos.

Na carta enviada para Lula anunciando as tarifas, dia 9 de julho, Trump justificou o nível da taxa, maior entre os países sancionados, como resposta ao tratamento dado pelo Brasil a Bolsonaro.

"Eu conheci e lidei com o ex-presidente Jair Bolsonaro e o respeitei muito, assim como a maioria dos outros líderes de países. A maneira como o Brasil tratou o ex-presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos Estados Unidos, é uma vergonha internacional. Esse julgamento não deveria estar ocorrendo. É uma caça às bruxas que deve terminar IMEDIATAMENTE!", escreveu Trump na ocasião.

Outra pergunta feita pelo levantamento mostra um País dividido. Quando questionados se acham que Bolsonaro está sendo perseguido e injustiçado, como afirma Trump, que disse que o ex-presidente sofre um "caça às bruxas", 50% negam, enquanto 45% acreditam que sim. São 5% os que dizem não saber.

Na quarta-feira passada, mesmo dia da oficialização das tarifas, o governo americano também puniu o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), com a Lei Magnitsky.

CASO MARIELLE

Bolsonaro perde recurso em ação movida contra Boulos

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) negou ontem, um recurso de Jair Bolsonaro (PL) em uma ação movida contra o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) por falas associando o ex-presidente ao assassinato de Marielle Franco, em 2018. Bolsonaro pedia uma indenização de R\$ 50 mil e retratação pública. No entanto, em fevereiro deste ano, a ação já havia sido julgada improcedente.

A ação de Bolsonaro questionava pronunciamentos feitos por Boulos em 2023. O ex-presidente apresentou à Justiça publicações do X e uma entrevista de Boulos à CNN, em que ele teria feito "ilações" e "acusações" sobre uma suposta participação do ex-presidente no assassinato da então vereadora do PSOL.

A defesa de Jair Bolsonaro foi procurada pelo Estadão e ainda não se manifestou.

Na entrevista, Boulos disse: "O que levaria Bolsonaro, se não tivesse nada a esconder

em relação ao assassinato da Marielle Franco, a colocar sob sigilo telegramas do Itamaraty que tratam do caso Marielle? Quem deve teme!".

Já em postagens na rede social, o deputado escreveu: "O pacote 'anticrime' de Moro reforça sombrias aproximações entre o governo Bolsonaro e Duterte, das Filipinas que é acusado de, no passado, ter liderado 'esquadrões da morte', semelhantes à milícia suspeita de matar Marielle Franco e de ter ligações com a família de Bolsonaro".

No acórdão, a juíza Maria Isabel da Silva entendeu que, pelo recorrente, no caso, Bolsonaro, ser ex-presidente e "figura pública, comumente assídua nas redes sociais", ele estaria exposto a "críticas mais acintosas do que ocorre com as demais pessoas".

Além disso, a juíza também entendeu que as manifestações de Boulos "se inserem no contexto do debate político, ainda que expressas de forma incisiva, estando relacionadas ao exercício do mandato parlamentar".

APOIO A MORAES

Lula recebe ministros do STF em jantar

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu ontem ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para um jantar no Palácio da Alvorada.

O encontro foi marcado para demonstrar apoio ao ministro Alexandre de Moraes e à Corte um dia após o governo dos Estados Unidos anunciar sanções financeiras contra Moraes, com base na Lei Magnitsky, norma norte-americana que prevê a aplicação de restrições para quem é considerado violador de direitos humanos. Todos os 11 membros do STF foram convidados.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também esteve presente.

A aplicação da Lei Magnitsky é a segunda sanção aplicada contra Alexandre de Moraes pelo presidente Trump.

No dia 18 de julho, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, anunciou a revogação dos vistos do ministro, seus familiares e “aliados na Corte”.

O anúncio foi feito após Moraes abrir um inquérito para investigar o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, pela atuação junto ao governo dos Estados Unidos para promover medidas de retaliação contra o governo brasileiro e ministros do Supremo e tentar barrar o andamento da ação penal sobre a trama golpista.

FORAGIDA

Moraes pede que AGU providencie extradição de Carla Zambelli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que a Advocacia-Geral da União (AGU) tome providências para garantir a extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

A medida foi tomada após o Supremo ser comunicado oficialmente sobre a prisão da parlamentar. “Oficie-se à Advocacia-Geral da União para que acompanhe e adote as providências cabíveis e necessárias relacionadas ao processo de extradição da ré”, determinou o ministro.

Na terça-feira, Zambelli foi presa em Roma, na Itália, onde

tentava escapar do cumprimento de um mandado de prisão emitido por Moraes.

Por ter dupla cidadania, Zambelli deixou o Brasil em busca de asilo político em terras italianas após ser condenada pelo STF a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrida em 2023. A deputada também terá que pagar R\$ 2 milhões em danos coletivos.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandado falso de prisão contra Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter rea-

lizado o trabalho a mando da parlamentar.

Após a fuga para a Itália, o governo brasileiro solicitou a extradição da deputada para o Brasil.

EXTRADIÇÃO

O pedido de extradição de Carla Zambelli foi oficializado no dia 11 de junho pelo ministro Alexandre de Moraes. Em seguida, o pedido foi enviado pelo Itamaraty ao governo italiano.

O documento contém a cópia da deliberação que condenou a parlamentar e os artigos do Código Penal que fundamentaram a decisão.

"A Sra. Carla Zambelli Salgado de Oliveira, de maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institu-

cionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister, com o fim de adulterar informações, sem autorização expressa ou tácita de quem de direito", diz o texto.

Moraes também indicou as garantias que o Brasil vai dar para Carla Zambelli se a Itália autorizar a extradição.

O ministro se comprometeu a não submeter Zambelli a prisão ou processo por fato anterior ao pedido de extradição; não impor pena perpétua; não agravar a pena por motivos políticos e não submeter a parlamentar a tortura ou a tratamentos desumanos ou degradantes

DEMOCRATAS

Senadoras criticam sanções a Moraes e citam alta de preços com tarifa ao Brasil

MATHEUS ANDRADE/AE

As senadoras democratas Elizabeth Warren e Jeanne Shaheen divulgaram ontem, uma declaração criticando as sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Em comunicado, o texto afirma que "é absurdo que o governo Trump tenha acabado de

sancionar um juiz da Suprema Corte brasileira em exercício usando o programa de sanções financeiras dos EUA destinado a lidar com 'graves abusos de direitos humanos' em todo o mundo".

"Isso não é apenas um abuso de uma ferramenta crítica da política externa dos EUA: é um ataque contra um juiz da Suprema Corte brasileira que atualmente supervisiona o jul-

gamento de um ex-presidente acusado de planejar um golpe para minar os resultados de uma eleição democrática no Brasil. E essa medida se soma à imposição, pelo presidente Trump, de uma tarifa de 50% ao Brasil pela mesma suposta causa, o que significa que os americanos terão que pagar mais por carne bovina, café e outros produtos essenciais em um momento em que os preços já es-

tão muito altos", afirmam.

"Como a busca por um sistema judicial independente na quarta maior democracia do mundo torna os Estados Unidos mais seguros, fortes ou prósperos? Este é mais um exemplo de como o presidente Trump prioriza seus interesses e os de seus aliados políticos em detrimento dos interesses do povo americano", conclui a declaração.

Nota

CÂMARA DECLARA PERDA DE MANDATO A 7 DEPUTADOS E DÁ POSSE A SUBSTITUTOS

A Câmara dos Deputados declarou a perda de mandato de sete deputados federais. A medida atende decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que alterou a

interpretação da regra sobre a distribuição das chamadas sobras eleitorais nas eleições proporcionais. A Mesa Diretora da Casa publicou ato na quarta-feira passada confirmando a perda das vagas. Na mesma publicação, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou os novos deputados, já diplomados, para a

posse como titular. Perderam mandatos deputados federais do Amapá, Distrito Federal, de Rondônia e do Tocantins. São eles: Gilvan Máximo (Republicanos-DF); Augusto Puppio (MDB-AP); Lebrão (União-RO); Lázaro Botelho (PP-TO); Professora Goreth (PDT-AP); Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Sonize Barbosa (PL-AP).

ZONA NORTE

Minha Casa lança dois conjuntos habitacionais no Rio

A comunidade da Mangueira, na zona norte do Rio, vai ganhar mais dois em-preendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida: o Mangueira IBGE, com 176 unidades, e o Residencial Mangueira, com 96 aparta-mentos, que vão beneficiar mais de mil moradores. O pro-grama do governo federal vai atender a Faixa 1, ou seja, as famílias com renda bruta de até R\$ 2.850.

“A gente está fazendo o Mi-nha Casa, Minha Vida em par-ceria com o governo federal, promovendo infraestrutura que vai dar dignidade às pes-soas, tirando elas de uma si-tuação de vulnerabilidade, de áreas de risco. O que estamos fazendo hoje é um conjunto de intervenções para melho-rar a vida das pessoas”, disse o prefeito Eduardo Paes.

O Mangueira IBGE terá 11 blocos com quatro pavimen-tos cada e o Residencial Man-gueira contará com seis pavi-

mentos. No total, serão cons-truídos 272 apartamentos, in-cluindo os adaptáveis para Pessoas com Deficiência (PcD), com barras de seguran-ça nos banheiros. As unidades terão cerca de 44 m², com sala, dois quartos, cozinha, área de serviço, banheiro e varanda.

Os investimentos no Resi-dencial Mangueira e no Man-gueira IBGE serão de aproxi-madamente R\$ 46 milhões. O programa prevê a geração de cerca de 100 empregos, com aproveitamento de mão de obra dos moradores da comu-nidade.

“Com essas unidades resi-denciais, na Mangueira, a pre-feitura do Rio atende a uma demanda da população e con-tribui para a redução do déficit habitacional na cidade. Mora-dia digna colabora com o de-senvolvimento social e é uma forma de garantir a cidadania plena”, ressaltou o secretário Municipal de Habitação, Die-go Zeidan.

TRANSPORTES

‘Jaé’ será obrigatório a partir de amanhã

A partir de amanhã, o uso do cartão Jaé passa a ser obri-gatório para embarque em ônibus municipais, BRT, VLT e vans legalizadas. Na quinta-feira passada, o prefeito Eduardo Paes, o vice-prefeito Eduardo Cavaliere e a secretá-ria municipal de Transportes, Maína Celidonio, apresenta-ram no Centro de Operações e Resiliência (COR) os dados mais recentes sobre o novo siste-ma de bilhetagem. Já são mais de 3,3 milhões de cadas-tros no Jaé. Em julho, 22 mi-lhões de viagens foram regis-tradas. Hoje, o número de em-barques, por dia, com o cartão é de 1,1 milhão.

“Chegamos ao grande dia. Foi um caminho árduo, longo e desafiador, mas hoje pode-mos reafirmar que é plena-mente possível manter a data de 2 de agosto para o início da exclusividade do Jaé nos trans-portes municipais. É uma transformação muito impor-tante para a cidade, para o sis-tema de transporte e, especial-mente, para a população mais pobre que depende do trans-porte público”, declarou Eduardo Paes.

Para o uso do vale-transporte, foram cadastrados 956.771 trabalhadores. O valor total de recarga em julho para o vale-transporte foi de R\$ 125.106.142,52. Em com-paração com o mês de junho, a solicitação de vale-transporte teve um crescimento de 672%.

Até o momento, 1,37 milhão de cartões físicos foram en-tregues nas lojas e enviados ao do-micílio dos solicitantes. Mais de 161 mil cartões estão nas lojas para serem retirados e estão em produção 38.254 cartões.

“O carioca atendeu aos nossos apelos e se organizou, alcançando 96% dos usuários

de vale-transporte já recarre-gando o Jaé e mais de 400 mil gratuidades cadastradas. Nos-so pedido, especialmente aos idosos, é que evitem ir aos postos nesta sexta-feira, vés-pera da operação exclusiva do Jaé na cidade do Rio, a menos que seja necessário. É funda-mental lembrar que qualquer idoso pode usar o transporte público apresentando apenas a identidade”, destacou Eduardo Cavaliere.

O sistema BRT conta com bilheterias exclusivas para o cartão Jaé, presentes em 100 estações e totalizando 114 pontos de venda. Nesses lo-cais, o passageiro pode adqui-rir o cartão e realizar recargas em dinheiro, ampliando as op-ções de atendimento e facili-tando o acesso ao novo siste-ma de bilhetagem.

As integrações do Bilhete Único Carioca (BUC) pela tarifa de R\$ 4,70 só serão válidas com o Jaé. O benefício con-templa até três integrações em até três horas quando houver uso do BRT, e até duas integra-ções nos demais modais — ônibus municipais, VLT e vans — nas demais viagens.

“Tivemos um crescimento muito expressivo no último mês, o que nos deixa confian-tes na consistência do sistema. O recado mais importante ago-ra, com a proximidade do marco de 2 de agosto, é para as em-presas e seus departamentos de RH: procurem o Jaé e façam o cadastro pelo site ou telefo-ne. Sabemos que houve um volume grande de registros, mas ainda há um número resi-dual de empresas que não rea-lizaram a recarga para seus funcionários. É fundamental que isso seja feito hoje (31/07) ou amanhã (01/08)”, disse a secretária Maína Celidonio.

Nota

CADMÓVEL CARIOCA VAI À CIDADE DE DEUS E ULTRAPASSA A MARCA DE 2 MIL ATENDIMENTOS

O “CadMóvel Carioca – Conectando a direitos” chegou ontem, a 2.128 atendimentos. O serviço itinerante da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio agiliza a inscrição e a atualização de dados no Cadastro Único e facilita o acesso a benefícios sociais como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Carteira do Idoso, entre outros. Desde abril, foram realizadas 15 edições. Desta vez, a Cidade de Deus foi contemplada, com 147 atendimentos (30 para inscrição e 117 para atualização cadastral). Rejane Félix da Silva, dona de casa de 48 anos, teve seu benefício cancelado e precisava atualizar os dados, para voltar a recebê-lo. Ela não conhecia o Cadmóvel Carioca, e quando ouviu falar no serviço, resolveu conferir de perto: “Foi tudo rápido, consegui resolver sem dificuldade. A renda do benefício é a única que eu e minha filha temos, então eu tinha urgência.

DITADURA TRUMP

Defensor da Lei Magnitsky critica sanção a Moraes

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O investidor britânico William Browder, líder da campanha global que resultou na aprova-ção da Lei Magnitsky nos Esta-dos Unidos, criticou a aplicação da norma pelo presidente norte-americano Donald Trump contra o ministro do Supremo Tri-bunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

“Passei anos lutando para que a Lei Magnitsky fosse apro-vada no intuito de acabar com a impunidade de graves violado-res de direitos humanos e de cleptocratas. Até onde posso en-

tender, o juiz brasileiro Moraes não se enquadra em nenhuma das duas categorias”, escreveu, em seu perfil, na rede social X.

Como parte de sua biografia, Browder se descreve como o maior investidor estrangeiro na Rússia até 2005, quando teve sua entrada no país negada e foi declarado ameaça à segurança nacional por expor casos de cor-upção em empresas estatais russas.

Em 2008, o advogado de Browder, Sergei Magnitsky, descobriu uma fraude massiva cometida por funcionários do governo russo, envolvendo US\$ 230 milhões em impostos.

Ele testemunhou contra pes-soas envolvidos no esquema e foi, posteriormente, preso e torturado.

Sergei Magnitsky morreu na prisão em 16 de novembro de 2009, deixando a esposa e dois filhos. Desde então, Browder li-dera uma campanha global pela Lei Magnitsky, com foco em im-por proibições de vistos e conge-lamentos de bens a violadores de direitos humanos e funcioná-rios corruptos.

ENTENDA

Alexandre de Moraes foi san-cionado pelo governo dos Esta-dos Unidos, através da Lei Mag-

nitsky, por seu trabalho como relator do processo que apura tentativa de golpe de Estado no Brasil após as eleições presiden-ciais de 2022 e por sua atuação em relação a plataformas digi-tais norte-americanas.

A norma foi aprovada em 2012, durante o governo Barack Obama, para aplicar sanções econômicas a acusados de gra-ves violações de direitos huma-nos ou corrupção. Entre as san-ções previstas estão o bloqueio de contas bancárias, de bens e interesses em bens dentro da ju-risdição em solo norte-america-no, além da proibição de entra-da no país.

EUA

Trump cita Bolsonaro, Moraes e plataformas para justificar taxação

Medidas do governo brasi-leiro em relação a plataformas digitais, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de-cisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexan-dre de Moraes foram citados como justificativas para as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos ao Brasil.

Ontem, o presidente dos Es-tados Unidos, Donald Trump, assinou uma Ordem Executiva (OE) elevando o valor da tarifa de importação de produtos bra-sileiros para 50%. As taxas en-tram em vigor em sete dias, ou seja, no dia 6 de agosto. Produ-tos como aviões, minérios e su-co de laranja ficaram de fora da taxação.

No documento, intitulado Enfrentando as ameaças aos Estados Unidos pelo governo

do Brasil, Trump justifica as medidas adotadas contra o Brasil como uma resposta ao tratamento dado ao ex-presi-dente Jair Bolsonaro, acusando autoridades brasileiras de per-seguição. O presidente ameri-cano cita o julgamento de Bol-sonaro no STF, dizendo que o tribunal “decidiu equivocada-mente que Bolsonaro deve ser julgado por essas acusações criminais injustificadas”.

“A perseguição política, por meio de processos forjados, ameaça o desenvolvimento or-denado das instituições políti-cas, administrativas e econô-micas do Brasil, inclusive minando a capacidade do Brasil de reali-zar uma eleição presidencial li-vre e justa em 2026. O tratamen-to dado pelo governo do Brasil ao ex-presidente Bolsonaro

também contribui para o colap-so deliberado do Estado de Di-reito no Brasil, para a intimida-ção politicamente motivada na-quele país e para abusos de di-reitos humanos”, diz o texto.

No documento do governo norte-americano, o ministro Alexandre de Moraes é acusado de abusar de sua autoridade ju-dicial “para atingir oponentes políticos, proteger aliados cor-ruptos e suprimir dissidências, muitas vezes em coordenação com outras autoridades brasilei-ras”. Trump acusa o ministro de confiscar passaportes, prender pessoas sem julgamento e im-por multas a empresas que não cumpriram “suas exigências ile-gais de censura”.

“Essas ações também restrin-gem e limitam a expressão nos Estados Unidos, violam os direi-

tos humanos e minam o interes-se dos Estados Unidos em prote-ger seus cidadãos e empresas no país e no exterior”.

Trump também argumenta que autoridades brasileiras emitiram ordens para obrigar plataformas online dos Estados Unidos a censurar contas ou conteúdo de cidadãos dos Esta-dos Unidos, além de alterar suas políticas de moderação de conteúdo.

No Brasil, está em discussão a responsabilidade das platafor-mas em relação a conteúdos cri-minosos que circulam nas re-des, que vão desde pedofilia e apologia à violência nas escolas, até a defesa de golpe de Estado. O STF definiu, recentemente, que as plataformas devem ser responsabilizadas por conteúdo criminoso.

GUERRA

Rússia diz ter tomado cidade estratégica da Ucrânia

A Rússia anunciou, ontem, que suas forças assumiram o controle total da cidade estrate-gicamente importante de Chasiv Iar, na região oriental de Donetsk, no leste na Ucrâ-nia. Kiev nega ocupação.

O Ministério da Defesa rus-so indicou em um comunica-do que Chasiv Iar "foi liberta-da pelas forças russas". Mos-cou segue conquistando terri-tórios na Ucrânia, embora o presidente americano, Do-nald Trump, tenha imposto um prazo de seis dias, a partir de terça-feira, 29, para que seu homólogo russo, Vladimir Putin, encerre o conflito, sob pena de sanções.

Tropas russas e ucranianas lutam pelo controle de Chasiv Iar há quase 18 meses. A re-gião inclui um topo de colina de onde as tropas podem ataca-r outros pontos-chave na região, que formam a espinha dorsal das defesas orientais da Ucrânia.

Victor Trehubov, porta-voz militar ucraniano, negou a alegação da Rússia. "Apenas uma invenção, não houve nem mesmo uma mudança na situação", disse ele à agên-cia Associated Press.

Um relatório divulgado nesta quinta pelo Estado-Maior do Exército da Ucrânia informou que houve sete confrontos em Chasiv Iar nas últimas 24 horas. Um mapa anexo mostrava a maior par-te da cidade sob controle russo.

PRESSÃO

Desde que assumiu o cargo em janeiro, Trump frequente-mente pressionou aliados a mu-dar políticas, ameaçando tarifas mais altas ou dificultando nego-ciações comerciais.

Recentemente, sua ameaça de se retirar das negociações co-merciais com Camboja e Tailân-dia pareceu contribuir para um rápido acordo de cessar-fogo após um conflito de cinco dias entre os países. Na quarta-feira, o republicano afirmou que iria impor uma tarifa de 25% sobre todos os produtos indianos, ci-tando suas compras de petróleo e equipamento militar da Rússia.

No início deste ano, ele ameaçou o Canadá com tarifas caso não agisse para impedir o tráfico de fentanil através de sua fronteira com os Estados Uni-dos, que é mínimo.

AMEAÇA DE ANEXAÇÃO

O presidente americano tam-bém tem um longo histórico de ameaças de anexação do Canadá e imposição de tarifas pesadas.

O assédio do republicano provocou uma reviravolta elei-toral no país vizinho, que fez o conservador Pierre Poilievre perder o favoritismo que tinha após um desgaste e uma queda de popularidade do governo li-beral de Justin Trudeau.

Após a renúncia de Trudeau em janeiro e a entrada de Mark Carney como novo líder do Par-tido Liberal, a legenda governis-ta passou os conservadores nas pesquisas e venceu as eleições. Apesar de representar um parti-do considerado impopular, Car-ney conseguiu se colocar como um outsider por conta de sua ex-periência como presidente do Banco do Canadá e do Banco da Inglaterra depois do Brexit.

Já Poilievre, que era frequen-temente comparado com

Trump devido às suas políticas e retórica, amargou uma derrota e a perda do próprio assento no Parlamento canadense.

A retórica de Trump sobre a anexação diminuiu depois da vitória de Carney e os dois líderes se encontraram na Casa Branca, mas ainda não conseguiram fe-char um acordo comercial.

ANÚNCIO DE CARNEY

O anúncio de Carney sobre a Palestina ocorreu em uma ação coordenada com a França e o Reino Unido. Apesar de Trump criticar e ameaçar o Canadá, ele afirmou na segunda-feira em uma reunião com o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, que "não se importava" se ele tomasse uma posição.

Segundo o primeiro-ministro canadense, o reconhecimento será feito para preservar a espe-rança de uma solução de dois Es-tados na questão Israel-Palestina. Apesar disso, Carney ressal-tou que certas "condições" como a realização de eleições precisam ocorrer dentro da Autoridade Pa-lestina para o reconhecimento.

Assim como fez com a França e o Reino Unido, Israel criticou de imediato a iniciativa, que considera parte de uma "cam-panha distorcida de pressão in-ternacional".

"Reconhecer um Estado pa-lestino na ausência de um go-verno responsável, instituições funcionais ou uma liderança benevolente, recompensa e legiti-ma a monstruosa barbárie do Hamas em 7 de outubro de 2023", afirmou a embaixada de Israel em Ottawa.